

IMPERIALISMO E INTERESSES NACIONAIS NA QUESTÃO DO CHACO BOREAL

*Helder Gordim da Silveira**

1 – INTRODUÇÃO

O Chaco Boreal¹ é uma região com, aproximadamente, 170 mil quilômetros quadrados, que forma um grande triângulo, limitado a leste pelo rio Paraguai, a oeste pelo Pilcomayo e, ao norte, pelas encostas das serras de Santa Cruz, no centro do subcontinente sul-americano.

Esta região foi disputada, desde a segunda metade do século XIX pelos Estados do Paraguai e da Bolívia, que, em 1932-35, deflagrarão, como episódio culminante de tal disputa, um dos mais trágicos confrontos militares da história latino-americana.

Os estudos até hoje produzidos a respeito da questão do Chaco parecem, senão em número, ao menos em qualidade metodológica, desproporcionais, negativamente, em relação à enorme relevância do confronto boliviano-paraguaio para a compreensão histórica do sistema internacional americano no presente século. Considerando-se a bibliografia mais diretamente disponível no Brasil, o problema torna-se ainda mais grave.

Dentro de tais condições limitadoras, mas procurando, em pequena medida, remediá-las, este trabalho, situado como componente da linha de pesquisa sobre as relações brasileiro-argentinas na década de 30, tem por objetivo analisar o processo que conduz ao confronto boliviano-paraguaio de 1932.

Como variáveis determinantes deste processo estaremos considerando as estruturas sócio-econômicas da Bolívia e do Paraguai, os interesses nacionais expressos pela política externa destes Estados (compreendidos estes como mecanismos de institucionalização das relações de poder geradas por aquelas estruturas) e a intervenção político-econômica dos centros capitalistas, notadamente os EUA. A conjuntura da fase imperialista do sistema capitalista internacional (1ª metade do séc. XX) representa o contexto em que tais variáveis encontrar-se-ão inseridas.

2 — A COMUNIDADE TRADICIONAL — CONSTITUIÇÃO E POLÍTICA DOS ESTADOS BOLIVIANO E PARAGUAIO

Paraguai e Bolívia saem do período colonial com estruturas sócio-econômicas radicalmente diversas daquelas que apresentavam os países mais diretamente articulados ao mercado internacional, como o Brasil e a Argentina. Nestes países verificava-se, no período pós-independência, a hegemonia da classe ligada ao setor primário exportador, o qual gerará a diferenciação econômica na direção do setor industrial, a partir do final do século XIX. No Paraguai e na Bolívia, ao contrário, não se identifica a hegemonia desta classe que denominaremos *oligarquia exportadora*.

Ao longo do período colonial nestes países, as formas de inserção no sistema capitalista comercial se dão através da dominação do elemento branco europeu sobre as comunidades indígenas tradicionais. Tal dominação produz-se sob formas específicas em cada caso, cuja complexidade não cabe aqui analisar. Importa, entretanto, destacar a permanência, em linhas gerais, das relações tradicionais de produção da comunidade indígena.²

Após o processo de independência, essa dominação e as relações de produção tradicionais que lhe sustentam, sofrerão profundas alterações, com processos distintos para os casos boliviano e paraguaio.

Na Bolívia, após a independência (1825), a República organiza-se com base na comunidade indígena tradicional, basicamente por meio da cooptação do cacicado. O Estado tende a fortalecer a comunidade, institucionalizando a propriedade camponesa da terra e conferindo relativa autonomia política a esta comunidade em troca do apoio ao poder central. São afrouxados os laços tradicionais de dominação, o que atinge diretamente as oligarquias³ latifundiária e mineira, esta ligada à exportação e, portanto, articulada ao centro capitalista hegemônico, a Inglaterra. Estas oligarquias passam a combater a manutenção da comunidade indígena, sob a ideologia do livre-cambismo e da modernização.⁴

Aliadas ao centro hegemônico capitalista, as oligarquias latifundiária e mineira ascendem ao Estado, eliminando os líderes da primeira fase da República. Ocorre, então, a destruição da comunidade indígena tradicional, com a estatização das terras comunitárias (decreto de 5 de setembro de 1867) e a posterior distribuição de títulos de propriedade entre os membros da oligarquia latifundiária. Juridicamente eram extintas as antigas formas de dominação do elemento indígena. Na prática, porém, a estrutura fundiária que se for-

mava obrigava o camponês à permanência na terra, forjando-se relações de produção que J. J. Chiayenato caracteriza como *servis*".⁵

Assim, no começo do século XX, a Bolívia apresentará um setor agrário com relações de produção profundamente atrasadas, com uma oligarquia de tipo senhorial e mercado com abrangência local. O setor mineiro exportador (a prata e, posteriormente, o estanho), de rígido monopólio espanhol durante o período colonial, será diretamente dominado e administrado pelo capital estrangeiro, o que caracteriza o setor econômico que F. H. Cardoso e E. Faletto denominam *enclave*.⁶

No Paraguai, a primeira fase da República tem como base sócio-econômica igualmente a comunidade tradicional, sistema que tem seu auge no período dos Lopez. Esta primeira fase da República terá seus fundamentos destruídos pela intervenção da potência hegemônica capitalista do período, a Inglaterra, articulada ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai, na Guerra da Tríplice Aliança. Ao final do confronto, a oligarquia liberal e livre-cambista ascende ao Estado paraguaio, sob influência do Brasil e, principalmente, da Argentina.

A propriedade da terra é distribuída em latifúndios a partir do Estado. Os latifúndios terão produção exportável, o que caracterizará, no Paraguai, uma *oligarquia exportadora*, essencialmente semelhante àquela referida para os casos brasileiro e argentino.

A permanência e a posterior destruição violenta da comunidade tradicional, característica dos processos históricos paraguaio e boliviano, produzirá conseqüências no sistema político-econômico de ambos os países que cabe aqui destacar.

A nível econômico, não se verificará a diversificação no sentido de setores urbano-industriais, conforme assinalamos para os casos brasileiro e argentino.

Na esfera política, não existirá, senão de forma insignificante, uma *classe média urbana* com reivindicações específicas, como no caso do radicalismo argentino e do tenentismo brasileiro, na primeira metade do século.

Dessa forma, tanto no Paraguai quanto na Bolívia, a disputa política pelo controle do Estado far-se-á em torno de partidos que, embora formalmente diversos, apresentam idêntica base social oligárquica, cooptando para seus quadros a reduzida classe média urbana.⁷

Analisemos agora, os padrões das relações de Paraguai e Bolívia com os centros hegemônicos capitalistas para, a seguir, verificarmos o processo que conduz ao confronto de ambos os países.

3 – BOLÍVIA - EUA, PARAGUAI - ARGENTINA - INGLATERRA – AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PROCESSO DE CONFRONTO

Na Bolívia, como vimos, o setor exportador concentrava-se na mineração, visando o setor agrário basicamente ao mercado interno local. A partir de 1890, cresce a importância econômica do estanho para a indústria dos países centrais, o que coincide com o princípio da expansão norte-americana como centro hegemônico capitalista, notadamente na América Latina.

Até então, o capital inglês dominava amplamente a exploração mineral na Bolívia. Com o advento da valorização do estanho, entretanto, ocorrerá o deslocamento de capitais ingleses pelos norte-americanos no setor de mineração boliviano. Neste processo destaca-se a ação pessoal do financista internacional boliviano Simon Patiño.

Com extrema habilidade pessoal, Patiño controlará a produção de estanho boliviano, associando-se com o capital norte-americano e colaborando decisivamente na condução da Bolívia para a esfera de influência deste país. A partir da década de 20, conforme descreve J. J. Chiavenato, Patiño passa a transferir a sede de todos os seus negócios para os EUA: em 1924, em associação com capitais norte-americanos, funda em Wilmington, Delaware, EUA, a *Patiño Mines Enterprises Consolidated Incorporated*, firma perfeitamente estrangeira em relação à Bolívia, apesar da nacionalidade de seu presidente e acionista majoritário.⁸

A oligarquia mineradora boliviana passa, então, a controlar o Estado, deslocando a oligarquia senhorial latifundiária de forma significativa, o que leva a relação Bolívia-EUA a caracterizar-se por uma ação bem mais *direta* (e muitas vezes extra-institucional) do centro hegemônico sobre o país dependente, do que aquela que se verificava, por exemplo, nas relações Brasil-EUA ou Argentina-Inglaterra.

Durante a década de 20, a relação Bolívia-EUA consolida-se plenamente nos padrões acima referidos, notadamente com pesados empréstimos norte-americanos ao Estado boliviano e com a ação da *Standard Oil* na exploração do petróleo do oriente daquele país. (Voltaremos à questão petrolífera adiante, por estar ela relacionada diretamente ao conflito do Chaco).

Após a Guerra da Tríplice Aliança, como vimos, o Estado paraguaio passou a administrar a distribuição de títulos de propriedades da terra, sob forte influência dos Estados vencedores, Brasil e Argentina.

No período de 1880 a 1930, por seu turno, a Argentina expande-se e diversifica-se economicamente bem mais do que o Brasil, fruto de sua posição privilegiada no *interior* da economia britânica.

Dessa forma, a influência política argentina sobre o Estado paraguaio no pós-guerra da Tríplice Aliança, aliada a essa expansão econômica, produzirá, entre a Argentina e o Paraguai, uma relação bastante *assimétrica*. Terras no território paraguaio são adquiridas por latifundiários argentinos. As estradas de ferro argentinas, construídas em associação com o capital inglês, expandem-se para o Paraguai. E, principalmente, toda a exportação primária paraguaia escoava via Buenos Aires, quando não visa diretamente ao mercado argentino. Sobretudo na região do Chaco, segundo atesta J. J. Chiavenato, estão presentes de forma largamente predominantes capitais anglo-argentinos.⁹

Assim, pode-se afirmar que o Paraguai entra no século XX com sua economia primário-exportadora articulada assimetricamente à economia argentina em expansão, que, por sua vez, articula-se prioritariamente à economia britânica.¹⁰

Podemos, nesse ponto, passar à análise do processo de disputa e confronto entre o Paraguai e a Bolívia em torno do território do Chaco Boreal.

4 – ECONOMIA E POLÍTICA – OS FATORES DA DISPUTA E DO CONFRONTO

Pode-se distinguir duas fases fundamentais neste processo de disputa entre o Paraguai e a Bolívia. Uma primeira etapa, que se estende desde meados do século XIX até a primeira metade da década de 20 do presente século, é marcada pela disputa essencialmente diplomática; um segundo período, que vai até o começo do confronto, em 1932, caracteriza-se pela preparação militar e por ações bélicas de ambos os países na região.

4.1 – O Chaco Boreal na Definição dos Interesses Nacionais

Boliviano e Paraguai

A primeira disputa diplomática significativa em torno do território do Chaco data de 1853. O tratado de fronteira, assinado neste ano entre a Argentina e o Paraguai, reconhecia como pertencente a este país o rio de mesmo nome, de margem a margem, abaixo de sua confluência com o rio Paraná, no território do Chaco. A Bolívia protesta, alegando direitos à área ao longo do rio Paraguai, entre os paralelos 20, 21 e 22. A Argentina sugere que Paraguai e Bolívia discutam a questão.

Após a guerra da Tríplice Aliança, a Argentina tenta retomar a região do Chaco que havia reconhecido como sendo paraguaia, sofrendo forte opo-

sição do Brasil, que ocupava militarmente o Paraguai vencido. Em 1878, Argentina e Paraguai acordam levar a questão à arbitragem do presidente norte-americano R. Hayes, sob decidida influência do Império. Hayes decide a favor do Paraguai. A Argentina retira-se da região, que já ocupava militarmente, no Chaco Boreal. A Bolívia novamente protesta, informando a Washington sobre seus direitos no Chaco. Hayes declara que havia arbitrado a questão entre o Paraguai e a Argentina. Os direitos bolivianos deveriam ser discutidos com o Paraguai...

A partir de então, segue-se a controvérsia diplomática boliviano-paraguaia com a assinatura de inúmeros acordos e protocolos que são sistematicamente rejeitados ou não ratificados pelos poderes legislativos de um ou outro país.¹¹

Ao longo desta primeira fase da disputa, a posse do Chaco Boreal torna-se, no Paraguai e na Bolívia, um ponto-chave de definição do *interesse nacional* de ambos os países.

Como vimos, o poder é disputado, no Paraguai e na Bolívia, por partidos de idêntica base social, a oligarquia. Assim, pode-se inferir que o discurso do partido circunstancialmente na oposição deveria centrar-se em questões de natureza concreta e não doutrinária. Os acordos referidos em torno do território do Chaco, levados a efeito pelo partido no poder, são, desta forma, sistematicamente atacados pela fração da oligarquia na oposição, como sendo acordos anti-patrióticos e lesivos ao *interesse nacional*.

De fato, no Paraguai, o Partido Liberal organiza-se em função do ataque ao acordo de 1887, concluído pelo partido colorado, então no poder. Da mesma forma, o protocolo Pinilla-Soller, assinado pelo governo liberal, sofre o ataque *superpatriota* dos colorados, na oposição. Jornalistas e catedráticos paraguaios, os chamados *doctores en Chaco*, publicam uma série de obras a respeito dos direitos paraguaios na região. A *intangibilidade do litoral* no rio Paraguai e a chamada *Zona Hayes* tornam-se, conforme a caracterização de L. Rout, símbolos sagrados para o pensamento nacionalista paraguaio.¹²

Questões de natureza econômica somavam-se a este pensamento nacionalista. Conforme verificamos, o Estado paraguaio concedia terras para a exploração agropecuária, após o término da Guerra da Tríplice Aliança. Parte da região do Chaco Boreal em disputa apresentava excelentes possibilidades de exploração econômica: florestas de *quebracho* (árvore da qual se extrai o *tanino*, produto de grande importância industrial) e grandes planícies com pastagens para a pecuária. O Estado paraguaio, sempre sob os protestos bolivianos, faz inúmeras concessões a empresas e particulares estrangeiros na região, sobretudo a capitais anglo-argentinos.¹³

Os impostos provenientes das concessões no Chaco tornam-se vitais para o tesouro paraguaio.

Na Bolívia, igualmente, alguns fatores básicos reforçam a posição da questão do Chaco como central na definição do *interesse nacional*.

Na verdade, a Bolívia pode ser encarada como duas nações. A do *Altiplano*, cercada por montanhas, que tem como saída natural o Pacífico, e o *Oriente*, para a qual o Atlântico apresenta-se como *saída natural*.

Na chamada *Guerra do Pacífico* (1879-83), que colocara os exércitos do Peru e da Bolívia contra o Chile, este país, vitorioso, impõe à Bolívia a cedência de uma faixa de 120.000 km², que incluía todo o litoral e todos os portos bolivianos no Pacífico.¹⁴

Outras grandes porções do território boliviano são perdidas para o Brasil em 1867 e 1903 (Tratado de Petrópolis), desta vez *diplomaticamente*.

O pensamento nacionalista boliviano passa a considerar um porto no rio Paraguai, dentro do Chaco Boreal, o qual proveria ao país uma saída para o Atlântico, como vital para os interesses da Bolívia.

Elabora-se a chamada doutrina *reivindicacionista*, a qual considerava urgente, para a Bolívia, a obtenção de um triunfo, para quebrar a série de desastres militares e diplomáticos que haviam transformado o país em um Estado de segunda classe. O Paraguai era, portanto, o inimigo preferido da liderança branca reivindicacionista e um porto no rio Paraguai, seu objetivo fundamental.

A partir do começo da década de 20, surgirá um novo fator a conduzir a relação Bolívia-Paraguai para o confronto: o petróleo.

4.2 – O Petróleo, as Relações de Subordinação e o Confronto

A indústria automobilística e a expansão das indústrias químicas tornavam o petróleo uma matéria-prima crescentemente importante. Grandes trustes formam-se nos centros hegemônicos capitalistas em torno à prospecção, exploração e distribuição do produto. A *Standard Oil*, norte americana, e a *Royal Dutch Shell*, inglesa, são exemplos marcantes.

Em 1921, a *Standard Oil* confirma a presença de petróleo no Oriente boliviano e passa a explorá-lo como concessionária. O escoamento do produto, porém, tornou-se problemático. O caminho mais lógico seria pelo território argentino da província de Salta. A Argentina, porém, desde 1922 criara a YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), entrando em conflito com os interesses da *Standard* no país. Além disso, o governo argentino planifi-

cara o controle da condução do petróleo do oriente boliviano como parte da articulação econômica do norte argentino com aquela região.

Em 1925, a *Standard Oil* busca a concessão, por parte do governo argentino, para a construção de um oleoduto até um porto no rio Paraná. Dois anos após, a Argentina recusa a permissão e eleva sensivelmente a taxa de exportação para o petróleo boliviano, o que a torna proibitiva.¹⁵

Dessa forma, a saída pelo rio Paraguai tornava-se ainda mais urgente para a Bolívia e para a *Standard Oil*. Por outro lado, impedir este intento boliviano era questão igualmente vital para a Argentina e para o Paraguai.

Notadamente a partir de 1927, a Bolívia obterá, com facilidade, empréstimos internacionais para a compra dos mais modernos materiais bélicos disponíveis. O Senado norte-americano, com frequência, denunciava a participação da *Standard* para a obtenção desses empréstimos. Investigava-se, sem, entretanto, chegar-se a provas definitivas. O episódio do assassinato do senador Huey Pierce Long, em 1934, parece estar ligado às denúncias contra a *Standard*, embora nunca se tenha provado nada nesse sentido.

Por seu lado, o Paraguai contará com o apoio permanente da Argentina, antes e durante o conflito, por meio de empréstimos e fornecimento de material bélico, o que pode ser largamente comprovado, por exemplo, pela correspondência entre o presidente Eusebio Ayala e o representante paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola.¹⁶

Dessa forma, compreende-se como Paraguai e Bolívia obtiveram bases materiais para concretizar o confronto que há quase meio século colocava-se no centro da formulação de seus respectivos *interesses nacionais*.¹⁷

4.3 — A Guerra

Com efeito, a partir da segunda metade da década de 20, intensifica-se a presença militar de ambos os países no Chaco. Paraguai e Bolívia estabelecem na região inúmeros postos militares, os chamados *fortines*. Os choques entre patrulhas tornam-se cada vez mais frequentes.

Em 1928, o Paraguai ataca e destrói o *fortín* boliviano *Vanguardia*. A Bolívia, em represália, ataca *Boquerón*. Há prisioneiros e mortos. É o primeiro incidente militar grave do confronto.

As discussões em torno dos incidentes de *Vanguardia* e *Boquerón* prosseguem, com novos encontros entre patrulhas, até 1932, quando se dá a eclosão definitiva do confronto com o ataque boliviano ao *fortín* Carlos Antônio Lopez.

A guerra se estenderá por três anos, morrendo no conflito, oficialmente, cerca de 50.000 bolivianos e 40.000 paraguaios. Segundo os dados de J. J. Chiavenato, o Paraguai gasta cerca de 124 milhões de dólares; a Bolívia, aproximadamente 228 milhões.¹⁸

Ao final do confronto, tem-se o Paraguai ocupando todo o território do Chaco Boreal e a Bolívia defendendo os poços petrolíferos em seu território, sem que nenhum dos exércitos encontrasse mais condições de realizar avanços decisivos. É obtida, então, a paz e começa uma longa Conferência, em Buenos Aires, que se estenderá até 1939.

David Zook aponta alguns fatores para o êxito militar paraguaio. A capacidade do comando, em mãos do general José Félix Estigarribia, parece ser, para o autor, o elemento fundamental, em oposição à incompetência dos vários comandantes bolivianos envolvidos na campanha, que reproduziam, na relação com a tropa, as relações senhoriais, dominantes na sociedade boliviana.¹⁹

A adaptação do soldado paraguaio às condições adversas do Chaco foi bem maior do que aquela apresentada pelos índios que desciam do Altiplano para uma região que lhes era completamente estranha.

A comunicação entre a linha de frente e a retaguarda do exército paraguaio era igualmente mais eficiente, já que o Paraguai ocupara efetivamente o Chaco construindo meios de comunicação e transporte que facilitavam o apoio logístico às tropas.

Zook aponta ainda o importante papel desempenhado pela espionagem argentina na decifração dos códigos bolivianos.²⁰

Durante o desenrolar do confronto, várias entidades internacionais constituem-se em foro para negociações em busca da fórmula de paz: a Comissão de Neutros de Washington, a Liga das Nações e o grupo ABCP (Argentina, Brasil, Chile e Peru).

As negociações para a paz, e para a consolidação desta, na Conferência de Buenos Aires (1935-39), serão profundamente marcadas pela ingerência dos interesses nacionais argentino, brasileiro e norte-americano na questão, num cenário que se constitui em uma extraordinária expressão da enorme complexidade presente na rede de relações de alinhamento, disputa e subordinação que então envolvia o sistema internacional americano.

* Departamento de História – IFCH – PUCRS
90620 Porto Alegre – RS

NOTAS

1. O Chaco divide-se em três grandes zonas: Chaco Boreal; Chaco Central ou *Guallamba* e Chaco Austral. O Chaco Central é a zona compreendida entre os rios Bermejo, Pilcomayo e Paraguai; O Chaco Austral é limitado ao norte pelo rio Bermejo. Estas duas zonas são integrantes reconhecidas do território argentino desde meados do século XIX. Para uma descrição sumária dos aspectos físicos mais relevantes do Chaco Boreal ver Júlio C. Guerreiro, *La Guerra en el Chaco*. Lima, Impr. Y Lit., T. Sheunch, 1934, p.8-9.
2. Trata-se da unidade fundamental do Império Incaico, o *ayllu*, mantida, no Altiplano boliviano durante o período colonial com o estabelecimento das relações de dominação baseadas na *mita* e na *encomienda* e, no Paraguai, a comunidade guarani, que, durante o mesmo período, é mantida em suas características fundamentais na Redução Jesuítica.
3. Note-se que a designação “*oligarquia*”, neste caso, guarda diferenças essenciais de significado em relação àquelas empregadas para designar a “*oligarquia exportadora*”. Considerada esta diferença, preferimos manter a mesma designação também para os casos boliviano e paraguaio.
4. Cabe referir que a relação entre um centro hegemônico e um país subordinado (e qualquer outra relação interestadual) dá-se, a nível sócio-econômico, com uma relação inter-classe, que concretiza-se *politicamente*, com base em sistema ideológico definido, o qual a *faz aparecer* com uma relação de *interesses nacionais* soberanos.
5. Cf. Júlio J. Chiavenato, *Bolívia com a Pólvora na Boca*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.34-40.
6. F. H. Cardoso & E. Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, p.46-51.
7. Para o caso boliviano, ver F. H. Cardoso e E. Faletto, op. cit., p.79. Para o caso paraguaio, ver Júlio J. Chiavenato, *Stroessner: Retrato de uma Ditadura*. São Paulo, Brasiliense, 2.ed. 1980, p.76.
8. Júlio J. Chiovenato, op. cit., p.51-56.
9. Júlio J. Chiovenato. *A Guerra do Chaco*, São Paulo, Brasiliense, 1979, p.71.
10. Essa *assimetria* na relação Argentina-Paraguai não pode, evidentemente, ser caracterizada como uma relação de *dependência* deste Estado em relação àquele, visto não tratar-se de uma relação entre um centro hegemônico capitalista e um Estado *estruturalmente* dependente deste centro. A relação estrutural de dependência, neste caso, situa-se diretamente na relação Argentina-Inglaterra, dentro da qual se coloca a economia paraguaia.
11. Os principais acordos e protocolos são: Quijarro-Decoud (1878); Tamayo-Aceval (1887); Ichaço-Benitez (1894); Pinilla-Soller (1907); Ayala-Mujia (discutido de 1913 a 1921); Gutierrez-Dias León (1927). Para detalhes dos termos destes protocolos ver Leslie Rout, *Politics of the Chaco Peace Conference 1935-1939*. Austin, Institute for the Latin American Studies, 1970, p.3-27 e Saavedra Lamas, *Por La Paz de Las Américas*. Buenos Aires, Min. de las Rel. Ext. y Culto, s/d, p.54-55.

12. Cf. Leslie Rout, op. cit., p.17.
13. Possuíam capitais investidos no Chaco, sob concessão paraguaia: *International Products Company (EUA)*; *Paraguayan Land (Ing.)*; *Cattle Company (EUA)*; O argentino Carlos Casado, o chamado *barão do Chaco*, possui na região uma área de 55.000km (maior que o estado do Espírito Santo e a Bélgica) e constrói ferrovia, associado a capital inglês. (Cf. Júlio J. Chiavenato, *A Guerra do Chaco*. p.74.
14. Para uma análise dos interesses ingleses no guano e no salitre da região e a articulação desses interesses como o *interesse nacional* chileno, na Guerra do Pacífico, ver Júlio J. Chiavenato, *Bolívia com a Pólvora na Boca*. p.43-46.
15. Esta questão pode ser vista em Leslie Rout, op. cit., Júlio J. Chiavenato, *A Guerra do Chaco* e Idem, *Bolívia com a Pólvora na Boca*.
16. Esta correspondência está reproduzida em V. Rivarola Coello, *Cartas Diplomáticas. Eusebio Ayala Vicente Rivarola. Guerra del Chaco*. Buenos Aires, Indústria Gráfica del Libro SAL, 1982.
17. Na literatura verifica-se uma polêmica entre autores que podem ser classificados como de *esquerda e direita*. Para estes, o fator decisivo para a eclosão da guerra teria sido o que aqui chamados *interesse nacional* boliviano e paraguaio. (Ver, por exemplo, David H. Zook, *La Conducción de La del Chaco*. Buenos Aires, Ed. Lito, 1962, p.97-98 e Leslie Rout, op. cit., p. 45-52). A literatura dita de *esquerda* propõe como elemento determinante os interesses do centro hegemônico capitalista na região — no caso específico, a ação *Standard Oil* e do Departamento de Estado. (Ver, por exemplo, Júlio J. Chiavenato, *A Guerra do Chaco*, p.113-131—. O que aqui se propõe é a articulação efetiva dessas duas ordens de fatores: o conteúdo econômico das relações de dependência e subordinação determina-se *politicamente* por meio das formulações ideológicas que informam, precisamente, os *interesses nacionais* na relação.
18. Ibid, p.138.
19. Cf. David H. Zook, op. cit.
20. Ibid.